



Artigo original

## Historiadoras no Brasil: fontes, reflexões e pesquisas (séculos XIX e XX)

*Daiane Vaiz Machado\**  
*Jeane Carla Oliveira de Melo\*\**

### RESUMO

A partir de uma perspectiva teórica e metodológica oriunda do campo da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, este artigo objetiva oferecer ao leitor um panorama da contribuição intelectual das mulheres para a construção da historiografia brasileira, ao longo dos séculos XIX e XX. Trabalhando fundamentalmente com a bibliografia especializada e a produção das autoras, evidenciamos tanto a participação feminina na construção da cultura histórica oitocentista quanto sua posterior presença na institucionalização e profissionalização da disciplina. Desse modo, buscamos lançar um olhar feminista à história da historiografia brasileira, ressaltando, então, os obstáculos de gênero impostos às suas carreiras profissionais e apontando alguns dos desafios históricos do fazer-se mulher historiadora em nosso país.

**Palavras-chave:** historiadoras brasileiras; historiografia brasileira; história das mulheres; carreiras intelectuais; desigualdade de gênero

### **Female Historians in Brazil: Sources, Reflections, and Research, 19th and 20th centuries**

### ABSTRACT

From a theoretical and methodological perspective rooted in Women's History and Gender Studies, this article provides an overview of female intellectual contributions to Brazilian

---

\* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Franca, SP – Brasil. E-mail: daiane\_vm@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6884-4486>.

\*\* Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão / História, Alcântara, MA – Brasil. E-mail: melojeane16@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0594-847X>.

historiography during the nineteenth and twentieth centuries. Drawing primarily on a specialized bibliography and the works of key authors, this article shows that women participated in the creation of nineteenth-century historical culture and, subsequently, in institutionalizing and professionalizing the academic field. This feminist look at Brazilian historiography underscores the gender-related obstacles that these authors faced in their professional careers and addresses some of the historical challenges associated with becoming a female historian in Brazil.

**Keywords:** Brazilian Women Historians; Brazilian Historiography; Women's History; Intellectual Careers; Gender Inequality

## **Historiadoras em Brasil: fontes, reflexões e investigação (séculos XIX e XX)**

### RESUMEN

A partir de una perspectiva teórica y metodológica oriunda del campo de la Historia de las Mujeres y los Estudios de Género, este artículo tiene por objetivo ofrecer al lector un panorama de la contribución intelectual de las mujeres en la construcción de la historiografía brasileña, a lo largo de los siglos XIX y XX. Trabajando fundamentalmente con la bibliografía especializada y la producción de las autoras, evidenciamos, tanto la participación femenina en la construcción de la cultura histórica decimonónica, así como en su posterior presencia en la institucionalización de la disciplina. De este modo, buscamos lanzar una mirada feminista a la historia de la historiografía brasileña, resaltando, así, los obstáculos de género impuestos a sus carreras profesionales y apuntando para algunos desafíos históricos del hacerse mujer historiadora en nuestro país.

**Palabras clave:** historiadoras brasileñas; historiografía brasileña; historia de las mujeres; carreras intelectuales; desigualdad de género

Ao nos indagarmos sobre a relação entre as mulheres e a escrita da História, propomos um questionamento tão simples quanto instigante: se formos buscar a história das historiadoras no Brasil, em qual século iremos encontrá-las? Século XIX, o *século da história*, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e de outros institutos e academias científicas-literárias ou no século XX, temporalidade responsável pela criação de cursos superiores de História? A resposta, assim como a pergunta, aparentemente incauta, guarda uma série de complexidades e desafios, que envolvem tanto as concepções historiográficas do momento quanto o cânone hegemônico e a crítica feminista.

O fato é que a história das mulheres que produziram obras históricas ao longo dos Oitocentos e as que escolheram a História como profissão, após a constituição dos cursos

na área, ainda é insuficientemente estudada no Brasil. São igualmente escassas as pesquisas que elegem mulheres como objeto de estudo quando se trata de historicizar a história da disciplina a partir de uma abordagem biográfica. A despeito disso, estamos habituados, pois assim fomos ensinados, a estudar a constituição das regras do ofício por meio de trajetórias masculinas, tais como o alemão Leopold von Ranke, o francês Fustel de Coulanges e os brasileiros Capistrano de Abreu e José Honório Rodrigues. Essa falta de atenção ao papel das mulheres na conformação da disciplina relaciona-se diretamente com a força da representação masculina na história da historiografia. Sem dúvida, a superioridade numérica dos homens intelectuais que se dedicam à especialidade nos diz muito da seleção das biografias que refletem a profissão<sup>1</sup>.

O espelho da história, como assinala Smith (2003), não reflete o rosto de uma mulher. Muito pelo contrário, seu cânone e sua memória disciplinar são constituídos por autores homens descorporificados e não racializados que produzem conhecimentos “a partir de lugar nenhum” (Haraway, 1988). Trata-se de mais uma das consequências perversas da menoridade política e social imposta às mulheres, do efeito nocivo dos discursos de naturalização do intelecto feminino como inferior e do processo de masculinização e europeização da História ocorrido no século XIX (Smith, 2003; Daston, 1992; Chakrabarty, 2009).

Os critérios que nortearam os grandes consensos em torno do fazer historiográfico foram elaborados por homens, brancos e europeus pertencentes às elites intelectuais e políticas. Em debates acalorados, animados pelo amor à verdade e pelo interesse universal, eles não só definiram objetividade e imparcialidade como fundamentos epistêmicos da disciplina como, ao moldá-los à sua imagem e semelhança, operaram exclusões de gênero, raça e territorialidade na produção de conhecimento.

Ainda que as mulheres tenham sido deixadas à margem dos debates metodológicos e conceituais, isso não significa que não tenham produzido reflexões sobre a prática da História ou se debruçado com afinco sobre os manuscritos dos maridos<sup>2</sup>. Poucas, devemos lembrar, conquistaram em seu tempo a autoridade autoral de uma Catharine Macaulay, a Senhora Tucídides, portadora de sentimentos viris, coletivos e patrióticos<sup>3</sup>. No geral, a

---

<sup>1</sup> Smith (2003), em 1998, apontou que “o historiador de historiografia” dificilmente dividia o palco com uma mulher. Passadas duas décadas, Oliveira (2018), analisando a principal revista brasileira da especialidade, reitera os desequilíbrios de gênero existentes tanto no indicador de autoria, quanto no de temas e objetos. Desse modo, as mulheres gozariam historicamente de uma dupla marginalidade dentro da especialidade. Além de terem sua produção secundarizada, seriam menos prestigiadas como produtoras de análises historiográficas e ensaios teóricos.

<sup>2</sup> Caso notável de dedicação ao legado do marido, de escrita conjunta e de invisibilização é o de Athénaïs Michelet (1826-1899). Notável não apenas por seus talentos intelectuais, mas pelo debate de gênero acerca da legitimidade de sua coautoria com o grande historiador da França, Jules Michelet (Maso, 2025).

<sup>3</sup> A “extraordinária reputação” da autora de oito volumes de *História da Inglaterra* (publicados entre 1763 e 1783) começa a ruir quando ela transgredir normas de gênero, casando-se pela segunda vez com um homem mais novo. O *European Magazine* comenta, em 1783: “Seu casamento extinguiu completamente qualquer curiosidade sobre suas opiniões” (apud Davis, 2006, p. 36-37); trad. livre das autoras: “son marriage a to-

produção das mulheres era rotulada como “amadora”. Julgada parcial, superficial, cotidiana, ninharia cultural, essa produção representava “o outro” da codificação historiográfica (Smith, 2003).

Considerando, então, o androcentrismo que marca o nascimento da história disciplinar e adotando uma perspectiva de gênero (Scott, 1995) para interpretar o campo historiográfico, este artigo objetiva oferecer ao leitor um panorama da contribuição das mulheres para a construção da historiografia brasileira. Para tanto, na primeira parte, trazemos à tona a crítica à concepção historiográfica dominante que buscou deslegitimar as mulheres enquanto historiadoras; na sequência, justamente para enfatizar a agência das margens, abordamos a participação feminina na produção do conhecimento histórico durante os Oitocentos e princípio do Novecentos, e apontamos um breve repertório de autoras e fontes, bem como apresentamos as potencialidades desta área, de modo a animar estudos futuros.

Se na primeira parte é preciso, sobretudo, dar existência às mulheres como autoras de escritos históricos, na segunda o objetivo é mostrá-las em ação na progressiva especialização do campo ocorrida ao longo do século XX, e isso a despeito dos ecos de subestimação do século anterior. Dessa feita, o fio narrativo segue alguns marcos da trajetória da historiografia universitária brasileira, é assim que o primeiro curso do país, o da Universidade de São Paulo (USP), bem como associações de historiadores e revistas, recebem destaque. Trata-se de evidenciar a presença das historiadoras em especialidades de pesquisa e instituições que moldaram a historiografia contemporânea e, à medida que os estudos biográficos permitem, ressaltar os obstáculos de gênero impostos às suas carreiras. O artigo finda com o arrolamento dos esforços recentes para diversificar nossa memória disciplinar por meio do estudo de trajetórias intelectuais de historiadoras.

## Historiadoras nos Oitocentos: a pena feminina entre práticas e fazeres historiográficos

Se a prática histórica durante o século XIX se cristalizou sob uma égide inequivocadamente masculina (Oliveira, 2018), a ocupar os espaços centrais da produção de uma memória nacional brasileira, quais seriam os lugares de atuação das mulheres de letras nesse meio tão marcadamente androcêntrico? Dito de outro modo, onde estão as precursoras da escrita histórica no Brasil oitocentista? No entanto, pensar a participação feminina na construção do conhecimento histórico tem sido uma questão relativamente recente em nosso meio, em que pese a importância da temática, que vem, aos poucos, sendo objeto de interesse da comunidade historiadora. A partir de diversos matizes, de perspectivas teóricas e metodo-

---

talement éteint toute curiosité pour ses opinions”. No Brasil, Varella (2022) vem se dedicando a estudar a produção e a persona histórica de Macaulay.

lógicas, elencamos as relevantes contribuições dadas por um grupo quase majoritariamente feminino de pesquisadoras, a saber: Liblik (2014; 2017), Machado (2016), Oliveira (2018), Klem (2019), Schell (2021), Roiz, Gontijo e Zimmermann (2022) e Melo (2023). São estudos que, em grande parte, têm buscado recuperar e ressignificar a trajetórias de intelectuais historiadoras, ao inserir tais debates no campo da história da historiografia, no Brasil, produzindo questionamentos e tensões em torno dos significados políticos, semânticos e profissionais acerca do que são *historiadores* e *historiadoras*, a partir tanto de uma crítica feminista quanto dos estudos das relações sociais de gênero.

As pesquisas citadas acima se caracterizam também pelo diálogo travado com teorias e epistemologias tributárias do desejo de não apenas incorporar “novas” autorias, mas de problematizar e complexificar a presença feminina no campo da história da historiografia. Sem sombra de dúvidas, no cenário internacional – com o qual diversas pesquisas brasileiras mantêm relações de afinidades – emergem nomes como Smith (2003), Davis (1997; 2006), Pellegrin (2006), Epple (2006), Schaser e Epple (2009), Felber (2007), Looser (2000), Paletschek (2009), Cunha (2004; 2006), dentre outras. Assim, essa pluralidade de pesquisadoras demonstra como a crítica feminista à história da historiografia tem se espreado pelos campos intelectuais de vários países, com destaque para a França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, Venezuela e Argentina. Portanto, perquirir a história da relação entre as mulheres e a produção do conhecimento histórico tem sido uma questão candente a animar reflexões e pesquisas em diversos cenários, espaços e contextos.

De um modo geral, o cerne da crítica à história da historiografia repousa no processo de constituição da ciência histórica, que se operou através da separação feita entre a história produzida por homens e aquela produzida por mulheres. Para Epple (2006), essa problemática separação gerou um engessamento epistemológico na historiografia, que tendia a excluir de suas análises as produções intelectuais não-canônicas:

*O que é historiografia, não é definido, é encontrado na tradição do objeto. Não surpreende o fato de que nenhum trabalho histórico produzido por uma mulher tenha sido descoberto. Nos velhos tempos, não era permitido às mulheres frequentarem universidades, conseqüentemente, não havia historiadoras mulheres. Mas um olhar mais atento a esse fato indica que isso é consequência do dilema linguístico em torno do termo historiografia* (Epple, 2006, p. 140, grifos nossos).

Embora o cenário intelectual brasileiro seja distinto do europeu e estadunidense, as reflexões de historiadoras como Smith (2003) e Epple (2006) podem contribuir para pensar como se deu a constituição do cânone nacional através da produção de uma memória *gendrada*, que tendeu a excluir as mulheres que atuaram como biógrafas, memorialistas e historiadoras durante os Oitocentos. Contudo, essa crítica não é, de modo algum, uma mera importação de um olhar estrangeiro, voltada para construir uma pergunta artificial ou

produzir um questionamento externo acerca da história da historiografia brasileira no século XIX. Em um período tão formativo para a constituição de uma ideia de nação, memória e identidade nacional, as mulheres também estiveram presentes no cumprimento dessa tarefa.

## *As filhas de Clio* no Brasil do século XIX e das primeiras décadas do século XX

Certamente para uma mulher se fazer historiadora no Brasil pós-independência era necessário encampar uma árdua tarefa e que exigia esforços intelectuais imensos. A instrução feminina foi regulamentada somente a partir de 1827, através da Lei de 15 de Outubro daquele ano e era ministrada a partir de currículos diferentes para meninos e para meninas. Mesmo com essas diferenciações e limitações, e, considerando ainda que o sexo feminino não tinha direito ao voto, um número expressivo e significativo de mulheres tornou-se, ao longo do século XIX, mestras, diretoras, jornalistas, tradutoras, assistentes de pesquisas, colecionistas e escritoras, fazendo da intelectualidade seu meio de sobrevivência e ofício principal (Duarte, 2022). Importante destacar também o cenário de profunda desigualdade social e racial, o que diminuía ainda mais as chances de mulheres negras e mestiças se fazerem mestras e escritoras, apesar da emergência de nomes como Maria Firmina dos Reis (MA) e Mariana Luz (MA), que se destacaram na cena pública e intelectual de seus tempos.

Dito isto, não foram poucos os interditos e obstáculos para que uma mulher de letras pudesse produzir obras históricas. Cabe assinalar que ser um “historiador” nos Oitocentos exigia o amplo acesso a bibliotecas, a viagens exploratórias, a consulta a diferentes arquivos, a participação em academias científicas e literárias, a trocas com os pares, contatos com as modernas teorias historiográficas e com as ideias em circulação, à prática do ensino e a publicação de suas obras e estudos históricos (Smith, 1994 apud Liblik, 2014). Tais atividades, em grande medida, se mostravam incompatíveis ao que era permitido às mulheres acessarem, em termos de aquisição de conhecimento, experiências diversas e vivências intelectuais. Diante desses interditos, quais seriam os requisitos essenciais para uma mulher produzir um estudo histórico? Davis (2006, p. 22-23) assim nos responde:

Para começar, interroguemo-nos sobre os elementos indispensáveis para escrever uma obra histórica. (...) Em primeiro lugar, a pessoa em questão, a *femme savante*, deve ter acesso aos documentos concernentes ao seu objeto de estudo, sejam eles manuscritos, impressos ou orais. Sua vida social deve ser suficientemente rica para lhe permitir elaborar perguntas, observar as intrigas, os conflitos e os debates. (...) Em segundo lugar, ela deverá ter acesso às convenções da escritura histórica, às suas regras de organização e de expressão. Mesmo os autores novatos geralmente começam respeitando essas regras, algumas das quais podem ser adquiridas facilmente a partir da leitura de textos históricos presentes nas bibliotecas das pessoas letradas.

(...) Retornando à nossa futura historiadora, eu diria que o terceiro elemento indispensável, e mesmo primordial, é o interesse que ela traz por sua atividade ou de outros lugares estreitos que lhe são próprios, acerca dos domínios da vida pública sobre os quais toma parte a escritura histórica, a saber, a política e a religião<sup>4</sup>.

Tais critérios e práticas de autodidatismo também estiveram presentes no exercício intelectual das historiadoras oitocentistas no Brasil, em discursos e narrativas históricas que são bastante diversificados em seu conjunto. Isto porque as nossas letradas abordaram o passado a partir de vários gêneros literários, ficcionais e não ficcionais, produzindo romances e novelas históricas, biografias, autobiografias, memórias, relatos de viagens, tratados políticos, manuais didáticos e estudos históricos propriamente ditos. E, por mais variadas que fossem,

o que essas mulheres apresentam em comum, independente do contexto histórico no qual viveram, é o envolvimento com a história e a escrita histórica. Estamos falando exatamente do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos (Liblik, 2014, p. 56).

No meio nacional, as nossas historiadoras oitocentistas, com raras exceções, atuaram primeiro como mestras e depois como publicistas. Aliás, para Perrot (2016), foi o magistério primário o lugar social responsável por gerar as primeiras intelectuais da nação, fenômeno esse que ocorreu tanto na França quanto no Brasil. O primeiro grupo que se destaca é formado pelas mestras Herculana Vieira e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que atuaram ativamente no ensino da disciplina História do Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, publicando longevas obras didáticas sobre a história nacional.

Herculana Vieira, portuguesa, mas radicada em 1868 na província do Maranhão, publicou um manual didático intitulado *Resumo da História do Brasil*, livro este que foi prontamente adotado nas escolas primárias maranhenses. Em termos historiográficos, Herculana Vieira travou um intenso diálogo didático com as obras de Abreu Lima, através de práticas de seleção cultural e compilação, dividindo seu manual em perguntas e respostas, de modo a

---

<sup>4</sup> Trad. livre das autoras: “Pour commencer, interrogeons-nous sur les éléments indispensables pour écrire un ouvrage historique (...). Tout d’abord, la personne en question, la femme savante, doit avoir accès aux documents concernant son sujet d’étude, qu’ils soient manuscrits, imprimés ou oraux. Sa vie sociale doit être suffisamment riche pour lui permettre de poser des questions et d’observer les intrigues, les conflits et les débats. (...) En second lieu, elle doit avoir accès aux conventions de l’écriture historique, à ses règles d’organisation et d’expression. Même les auteurs les plus novateurs commencent généralement en respectant ces règles, dont certaines peuvent être acquises relativement facilement dans les textes historiques que renferme la bibliothèque de toute personne cultivée. (...) Pour revenir à notre future historienne, je dirai que le troisième élément indispensable, et même primordial, est l’intérêt qu’elle porte, par son activité ou d’autres liens étroits qui lui sont propres, aux domaines de la vie publique sur lesquels est censée porter l’écriture historique, à savoir le politique et le religieux”.

facilitar o estudo do alunado. Portanto, esse projeto demarca, de modo inédito, a emergência de uma mestra historiadora lecionando História do Brasil para suas alunas, a partir de sua própria produção, que teve uma segunda edição em 1880 (Melo, 2023).

Vinte anos depois do empreendimento de Herculana Vieira, outra mulher publicava novamente uma obra de síntese da História nacional, também voltada para o público escolar. Estamos falando de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, mestra mineira, que em 1888 publicava *Resumo da História do Brasil*, outro manual bem-sucedido e que contou com quatro edições, sendo a última feita em 1924, o que nos dá indícios da boa aceitação que o livro teve junto à cultura escolar de seu tempo (Chamon, 2008). Se Davis (2006) observava que para uma letrada se tornar historiadora era necessário se interessar por política e religião, assim como ter uma vida que lhe permitisse ricas experiências intelectuais, a vida de Guilhermina cumpriu tais requisitos. Isto porque, além de professora, ela foi uma mulher viajante; estudou Pedagogia e História nos Estados Unidos. Foi também uma fervorosa protestante, republicana, florianista e colecionadora, o que denotava, portanto, seu interesse ativo pela história e memória.

Já a jornalista baiana Ignez Sabino, uma outra importante historiadora oitocentista, teve uma produção bastante prolífica, que contou com textos jornalísticos, romances, obras didáticas e biografias. Chamamos atenção para o repertório cultural de Sabino, tanto ao publicar em 1899 o livro *Mulheres ilustres do Brasil* quanto ao documentar e publicar impressionantes 80 biografias femininas de mulheres da aristocracia europeia no jornal carioca *A Estação*, entre os anos de 1890 e 1891. Nesse conjunto de reflexões e interpretações históricas, ela ainda faz uma breve análise dos eventos que se seguiram no país durante a transição do Império para a República, publicada no livro *Noites brasileiras* (1897). Ignez Sabino, apesar de estar ciente da legitimidade de sua prática, se enxergava como uma “obscura historiadora”, muito provavelmente porque os espaços intelectuais de fins do século XIX se mostravam áridos para mulheres e, mais ainda, para aquelas ativamente interessadas por história e política (Silva, 2022).

Havia também aquelas interessadas pelo colecionismo. No caso de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti, tais práticas historiográficas (Certeau, 2002), integravam também o escopo de estudos sobre o passado, abrangendo áreas como arqueologia e numismática. A aristocrata participou com seu acervo da *Exposição de Paris* em 1889 e publicou no mesmo ano o *Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil*, abarcando um período que vai de 1500 a 1800. Ainda deixou inacabados manuscritos em que vinha trabalhando em um dicionário biográfico brasileiro. Também merece destaque o fato dela ter sido a sexta mulher a ingressar como membro no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1905.

Retornando ao grupo de professoras-historiadoras, impossível não mencionar o nome de Isabel Gondim. Nascida em 1833 na província do Rio Grande do Norte, Gondim produziu

uma extensa obra didática, com especial interesse nos estudos históricos no Brasil. Em 1870, escreve um drama histórico para o teatro, intitulado *O sacrifício do amor*, que tinha como pano de fundo os acontecimentos da Guerra do Paraguai. Em 1892, lê para uma plateia seu manuscrito de *Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte*, em uma conferência realizada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Este estudo foi produzido através de relatos orais de familiares da mestra envolvidos diretamente nesse acontecimento histórico, utilizando uma metodologia que não muito tempo atrás era considerada como “nova” para a pesquisa histórica.

Ainda publicou, em 1900, *Brasil – poema histórico do país*, que reunia, em tom épico e ufanista, eventos históricos da colônia à República. Gondim, no final da vida, estava debruçada na produção de uma história sobre o Rio Grande do Norte e em uma obra de síntese da História do Brasil, que não chegou a publicar, restando apenas manuscritos e rascunhos. Assim como a Viscondessa de Cavalcanti, a professora potiguar também integrou academias científicas e literárias; foi a primeira mulher correspondente e membro dos institutos históricos e geográficos de Pernambuco em 1883 e do Rio Grande do Norte em 1929, respectivamente (Santos; Santos, 2023).

Ao adentrarmos na produção feminina das primeiras décadas do século XX, o número de mulheres envolvidas nas práticas e fazeres historiográficos aumenta consideravelmente. Graças ao crescimento do número de editoras, do aumento da escolarização feminina, da circulação do ideário feminista e do fortalecimento das narrativas sobre patriotismo e histórias locais, mais mulheres puderam atuar na divulgação e popularização do conhecimento histórico. Os nomes são diversos, assim como suas produções, voltadas para um amplo público leitor. Contudo, não pretendemos realizar um exaustivo exame autoral, mas indicaremos um grupo de historiadoras que tiveram destaque em seu tempo de ação e ampliaram os espaços de interlocução intelectual no período em referência.

Mais uma vez, os livros escolares de História nacional foram os locais privilegiados para que as autoras também pudessem exercer suas vozes historiadoras. Um dos nomes que sobressaem nessa seara, sem sombra de dúvidas, é o de Júlia Lopes de Almeida. A escritora carioca desbravou o gênero histórico a partir da publicação do exitoso livro juvenil *Histórias da nossa terra*, em 1907, uma ode à construção de uma identidade republicana. Cada vez mais autorizadas a interpelarem à infância, surgiram novas levadas de autoras de livros didáticos de História.

Assim, chamamos a atenção para a educadora carioca Esmeralda Masson, que publica em 1913 a obra *Licções da História do Brasil*. Em 1918, a paulista Amélia de Rezende Martins trazia a lume o seu *Compêndio da História do Brasil*. Já em 1921, a paraibana Eudésia Vieira apresentava o livro *Pontos da História do Brasil*. Em 1926, a conhecida escritora Crysanthème (pseudônimo de Cecília Moncorvo Bandeira de Vasconcellos) publicava *História de São Paulo*. Finalizamos esta lista de historiadoras que produziram livros escolares com a paulista

Maria Paes de Barros, que escreveu em fins do século XIX a robusta obra *História do Brasil*; contudo, o manual, que contava com mais de 600 páginas, só foi publicado em 1932.

Em termos da produção de biografias e estudos históricos, avulta o nome da pesquisadora e professora maranhense Carlota Carvalho, que em 1924 publicava uma obra que se tornou um clássico para a historiografia daquele estado: *O sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. No quesito biografia, destacamos a presença de Maria Junqueira Schmidt. Por publicar estudos sobre as vidas de aristocratas luso-brasileiras, tais como *A segunda imperatriz do Brasil, Amélia de Leuchtenberg* (1927) e *Princesa Maria da Glória* (1934), ela foi reconhecida como uma “historiadora de mulheres”, alcunha que recebeu em uma conferência feminina ocorrida no IHGB, em 1928, chamada de *Tardes no Instituto*, em que mulheres letradas se reuniam e palestravam para o público da instituição (Silva, 2018 apud Melo, 2023). Além da produção de biografias femininas, Schmidt também foi coautora, junto com Jônathas Serrano, do manual didático *História do Brasil* (1931). Diante de toda essa atividade, o historiador João Ribeiro também a considerava uma praticante do ofício, dando destaque à autora em sua obra *Historiadores* (1961).

Cabe ressaltar que essas historiadoras não foram as únicas a publicar obras históricas durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Os exemplos elencados aqui são apenas uma amostra de uma área que, mesmo ainda incipiente, se revela promissora (Liblik, 2014, p. 55). Nesse sentido, investigar as trajetórias intelectuais femininas exige um olhar atento em relação às redes de sociabilidade em que elas estavam inseridas, às interlocuções travadas com outros pares, às ideias em circulação, às possibilidades editoriais, ao lugar social que ocupavam, bem como às relações de classe e raça e, claro, às hierarquias de gênero que atravessavam o binômio envolvendo a produção feminina e o fazer histórico.

Ademais, é necessário testar possibilidades de modo a rever a “constatação resignada” (Oliveira, 2018, p. 117) que predomina na cultura historiográfica oitocentista no que tange à produção feminina. Ao apontar esse breve repertório de fontes, buscamos encorajar interesses e pesquisas futuras. Existem, com efeito, muitas questões a serem respondidas e se não pudemos atinar a elas neste momento é porque carecemos de uma sólida fortuna crítica que possa autorizar um exame mais aprofundado dessa produção histórica em seu conjunto. Novas perguntas às “velhas fontes” poderiam iluminar, com mais clareza, os cenários da participação feminina na produção do conhecimento histórico em nosso país e assim precisar critérios que delineariam perfis possíveis de historiadora para o contexto pré-universitário tendo em conta a exclusão formal das mulheres dos lugares de aprendizado, exercício e legitimação do ofício.

Embora abordemos perfis intelectuais e temporalidades distintas, a presença feminina no pensamento social brasileiro enfrentou e enfrenta desafios que estão relacionados a questões de gênero, às hierarquias de poder/saber e à legitimidade da atuação dessas mulheres. A história das historiadoras no Brasil – da qual não faltam fontes e possibilidades de

análises – possui um capítulo importante a partir do surgimento dos primeiros cursos superiores da área, na década de 1930, o qual examinaremos na sequência deste texto. Mas, certamente, esse não é o início da trajetória das nossas *filhas de Clio*.

## Institucionalização e constrangimentos de gênero no fazer-se historiadora acadêmica

A entrada das mulheres no ensino superior foi uma conquista iniciada no século XIX, ainda que preconceitos e interditos tenham adentrado o século seguinte. No Brasil, diferentemente das universidades norte-americanas e europeias, a legislação universitária da década de 1930 não normatizou a exclusão delas do ensino superior. A despeito disso, todo o processo de institucionalização da História foi feito no masculino, tanto o quadro de docentes nacionais quanto as missões estrangeiras, integradas por profissionais do Norte Global, foram unicamente compostos por homens (Roiz, 2012; Ferreira, 2013). O predomínio do sexo masculino e da perspectiva eurocêntrica do conhecimento (Lugones, 2020) deram corpo à estrutura e às regras acadêmicas e, assim, delinearam o perfil do historiador profissional.

De modo distinto, então, dos homens, as mulheres entraram nos cursos de História na condição de “alunas”. Essas ingressantes, por sua vez, quando pretenderam ascender na carreira, precisaram lidar com o estigma da subalternização das mulheres letradas no Oitocentos. Graças ao movimento atual de historicização do Curso de Geografia e História da USP, o primeiro do país, estamos nos aproximando dos diferentes constrangimentos de gênero sofridos por expoentes da historiografia brasileira, razão pela qual nos deteremos em alguns casos já estudados desse curso.

O desfecho do concurso de 1946 envolvendo Alice Canabrava, aluna brilhante da segunda turma do Curso de Geografia e História, talvez seja o episódio mais emblemático da interdição feminina às posições de poder e prestígio. Canabrava, após a excelente recepção crítica de sua tese de doutorado<sup>5</sup>, ousou concorrer à cátedra de História da Civilização Americana. Mesmo conquistando as maiores médias do concurso, ela foi preterida pelo candidato homem que também possuía formação jurídica. Não obstante a derrota, Canabrava tornou-se a primeira mulher a reger interinamente uma cadeira na USP. Na cadeira de História Econômica da recém-criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, orientando dissertações e teses, ela consolida seu nome na historiografia brasileira. Suas pesquisas sobre a grande lavoura, as atividades produtivas e os níveis de riqueza são substanciais para a compreensão da história econômica de São Paulo (Erbereli Júnior, 2021).

---

<sup>5</sup> Tese orientada pelo francês Jean Gagé e defendida em 1942, com o título *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*.

O caso Canabrava instiga a pensar nas inúmeras trajetórias acadêmicas que foram tolhidas pelo ambiente descortês à intelectualidade feminina. Olga Pantaleão, por exemplo, colega de Canabrava e assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea, diante da pressão psicológica sofrida pelos colegas homens, nem mesmo avançou na candidatura quando a cadeira ficou vacante (Costa, 2018). Pantaleão optou por seguir carreira em uma universidade do interior paulista, o que representou, pela posição institucional minorada, morosidade na sua ascensão profissional (Rodrigues, 2020, p. 56).

Foi justamente Eduardo d'Oliveira França, o candidato ideal para a cadeira de História Moderna e Contemporânea<sup>6</sup>, que protagonizou a saída de Emília Viotti da Costa da função de assistente dessa cadeira em 1957. A solicitação de Costa foi motivada pela reação hostil de França ao seu pedido de “ajustamento de horário para amamentar” (Bassetto, 1999, p. 26). O tempo necessário ao aleitamento, função essencialmente materna, foi visto como evidência da inadequação das mulheres para a rotina acadêmica<sup>7</sup>. Trata-se de um confronto direto com a representação do historiador ideal, um sujeito do saber incorpóreo e descompromissado com as tarefas do cuidado (Hansen; Oliveira, 2023). A presença das mulheres na universidade demonstrava que a corporação dos historiadores não era uniforme (Scott, 1992, p. 73), já que a distribuição do tempo, marcada pela particularidade dos corpos e vivências, era desigual entre seus membros. Devido aos inúmeros papéis desempenhados, as mulheres deveriam controlar o tempo de permanência na instituição, nos eventos, assim como reduzir seus deslocamentos espaciais para pesquisa e especialização (Lhenry, 2016). Considerações não necessariamente ponderáveis pelos colegas homens e que estão implicadas nas condições de produção do conhecimento.

Nesse sentido, a discriminação de gênero sofrida por Viotti poderia ter motivado o abandono da instituição ou mesmo da carreira, mas esse não foi o caso. A historiadora então se tornou auxiliar de ensino nas disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos, Metodologia da História e Teoria da História. Disciplinas recém-inauguradas, pouco atrativas em termos de status simbólico e que acabaram por representar “uma chance promissora, ainda que periférica, para a inserção feminina na academia”<sup>8</sup>. A historiadora teve um papel importante na

---

<sup>6</sup> França, que também foi aluno da Faculdade de Direito, teria sido o escolhido de Fernand Braudel, antigo regente da cadeira. De acordo com Rodrigues (2020, p. 53), essa escolha “reproduziu uma fronteira entre os sexos e as origens socioeconômicas de seus alunos”.

<sup>7</sup> É recente o debate sobre os efeitos de gênero, raça e maternidade na carreira de mulheres acadêmicas e cientistas. A chamada pública para esse debate vem sendo empreendida pelo movimento Parent in Science, que já nos trouxe estatísticas contundentes sobre como o nascimento dos filhos impacta desigualmente os currículos de homens e mulheres (Müller *et al.*, 2021; Staniscuaski *et al.*, 2021). No âmbito da História, cabe destacar a problematização que a condição materna recebeu na conferência “Maternidade, misoginia e trajetória historiadora”, pronunciada por Márcia Mota na abertura do 31º Seminário Nacional de História do ano de 2021. Vale conferir também o dossiê “Maternidades, feminismos e relações de Gênero: construções do passado; questões do presente”, da *Revista Mosaico*.

<sup>8</sup> Como destacou Clara (2022, p. 101), é expressiva a feminização das disciplinas meta-históricas a partir de 1968. Foram docentes dessas disciplinas: Ana Maria de Almeida Camargo, Sylvia Bassetto, Maria de Lourdes

configuração do conteúdo e da prática didática das novas disciplinas. A implantação de um regime intensivo de pesquisas nos arquivos com os alunos favoreceu o trabalho documental para a tese de livre-docência apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira (Clara, 2022, p. 100). Defendida em 1964 sob orientação de Sérgio Buarque de Holanda e publicada dois anos depois com o título *Da senzala à colônia*, a tese se tornou um clássico do processo de derrocada da escravidão nas zonas cafeeiras<sup>9</sup>.

Por seu posicionamento crítico quanto à Reforma Universitária promovida pelos militares, a historiadora foi perseguida e aposentada compulsoriamente. A convite de Michael Hall, Viotti parte em 1970 para os Estados Unidos e consolida sua carreira nas Universidades de Tulane e Yale. Em 2002, Viotti, assim como Canabrava em 1986, foi reconhecida como professora emérita da USP.

Os obstáculos de gênero vivenciados por Canabrava, Viotti e Pantaleão assinalam como a docência e a pesquisa em História, desde os seus primórdios, possuíam um *corpus* de regras, visíveis ou não, sexualmente demarcadas. Tanto é assim que o próprio corpo das colegas, quando tidas como concorrentes, era masculinizado. Vide o caso, que ainda merece investigação, de Miriam Ellis, cuja sexualidade foi questionada (Costa, 2018, p. 58-59)<sup>10</sup>. Ou mesmo o de Canabrava, estudado por Caixeta (2023), que para obter reconhecimento dos pares forja uma imagem de si como historiadora a partir “de uma estilística e de uma *performance*” ancoradas no “polo masculino e europeu” da história disciplinar.

## As mulheres na profissionalização e especialização da disciplina

As mulheres foram agentes no processo de profissionalização do ofício de historiador e de especialização da pesquisa histórica, intensificado a partir da segunda metade do século XX. Com o fim do regime de cátedras e a crescente burocratização do sistema (efeito da Reforma Universitária de 1968), os docentes passaram a acumular mais tarefas administrativas, o que acabou oportunizando alguns lugares de liderança às mulheres, especialmente àquelas que afrontavam o domínio masculino desde os anos 1950. Rememoremos que Yedda Linhares, professora de História Moderna e Contemporânea da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Cecília Westphalen, docente da mesma disciplina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), conquistaram a cátedra em 1957. Feito realizado por Canabrava em 1951 na cadeira de História Econômica da USP e seguido por Eulália Lobo em 1958

---

M. Janotti, Maria Beatriz Nizza da Silva e Raquel Glezer.

<sup>9</sup> A historiadora converteu sua tese de doutorado em tese de livre-docência (Rodrigues, 2018).

<sup>10</sup> Em relato localizado por Aryana Costa no arquivo do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda (FFLCH/USP), Ellis (*s. d.*, p. 1-2) assim se exprime: “Eu me dediquei por 39 anos, mas não tenho confiança alguma no Departamento de História (...). Chegaram a me mandar cartas anônimas, falando de lesbianismo. Isso porque nunca aceitei a corte e os conchavos do grupo dominante da História”.

na disciplina de História das Américas da atual UFRJ<sup>11</sup>. Altiva Pilatti Balhana, catedrática regente de História da América na UFPR, obteve a livre-docência em 1959. A promoção institucional das primeiras doutoras em História foi um passo essencial para que elas se sentissem autorizadas a reivindicar um lugar ativo na estruturação de sociedades científicas, revistas e da pós-graduação, liderando, inclusive, especialidades de pesquisa e contribuindo para a diversificação da História.

Se devemos lembrar que a “promoção institucional” muitas vezes esteve ligada ao exercício de papéis administrativos secundários, ao acúmulo de horas dedicadas ao ensino e mentoria (Misra *et al.*, 2021), é mister enfatizar que o investimento em posições na diretoria de sociedades científicas pode ser entendido como uma estratégia de afirmação simbólica no campo, sobretudo tendo em conta que se tratava de um lugar a ser edificado, de uma sociabilidade a instituir.

As historiadoras citadas acima estão entre os fundadores da Associação Nacional de História (ANPUH), instituição criada em 1961 e que é atualmente a maior entidade de representação dos historiadores. Westphalen e Canabrava foram personagens-chave para a sobrevivência e o amadurecimento da associação. A primeira, no papel de tesoureira, atuava como articuladora política, enquanto a segunda, exercendo a função de secretária-geral, engajava-se na angariação de novos sócios. Quando colocamos em perspectiva os temas dos simpósios nacionais e as trajetórias de pesquisa delas, notamos o predomínio de temas relacionados à especialidade que praticavam, qual seja: história econômica e social, valendo-se de metodologia quantitativa e serial.

De 1950 até o final de 1970, a história econômica e social praticada em torno das orientações de Ernest Labrousse e Fernand Braudel possui destaque considerável na historiografia brasileira. Isso se deve tanto pelos investimentos dos discípulos dos dois historiadores franceses no Brasil, como Frédéric Mauro e Adeline Daumard (Machado, 2023), quanto pelo esforço pessoal das brasileiras em estabelecer redes de contato internacional por meio de viagens de especialização e pesquisa.

O colóquio internacional “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930”, organizado em Paris por Mauro, em 1971, é um exemplo claro da conexão das historiadoras com essa prática e do investimento na circulação internacional. Dos 17 brasileiros presentes, sete eram do sexo feminino. Entre franceses, norte-americanos e alemães não encontramos nenhuma pesquisadora. Maria Luiza Marcílio, Maria Bárbara Levy, Yedda Linhares, Altiva Balhana,

---

<sup>11</sup> Como a produção e o percurso intelectual de Lobo ainda não foram objeto de dissertação ou tese (explorando, por exemplo, seus arquivos pessoais e institucionais), as informações sobre sua trajetória não são precisas. Liblik (2017, p. 75), ao apontar o ano de 1958, provavelmente se refere à defesa da tese *Caminho de chiquitos às missões guaranis (1690 a 1718)*, quando a historiadora obteve livre-docência e pôde reger, mesmo que não interinamente, a cátedra de História da América. Foi somente em 1967, com a defesa da tese *Aspectos da atuação dos consulados de Sevilha, Cádiz e da América Hispânica na evolução econômica do século XVIII* que, com a nova nomenclatura da Reforma Universitária, ela se tornou Titular de História das Américas, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (Melo; Rodrigues, [s. d.]).

Cecília Westphalen, Kátia Mattoso e Eulália Lobo compareceram ao evento para debater suas pesquisas acerca da história dos preços, mercadorias, evolução das rendas e condições de vida, do comércio internacional e oscilações de mercado em longo prazo, do movimento populacional, da história da família e demais variáveis demográficas. Vale ressaltar que, além de participarem efetivamente na construção dessa especialidade no Brasil (Ribeiro, 1999), elas ainda estiveram à frente de estudos que se utilizavam de áreas consideradas masculinas, tais como a estatística, a matemática e a economia.

Essa história econômica e demográfica, apesar de ter impulsionado os programas de pós-graduação surgidos a partir dos anos 1970, perde sua vitalidade ao longo da década seguinte. O enfraquecimento da área integra um movimento de crítica à historiografia brasileira e de abertura democrática. Nesses novos tempos, Canabrava é eleita a primeira mulher presidente da ANPUH e em sua gestão (1979-1981) surge a *Revista Brasileira de História* (RBH), periódico de divulgação das produções dos programas de pós-graduação (Ohara; Santos, 2021)<sup>12</sup>. Tal qual a RBH, a revista *Estudos Históricos* fomenta tendências historiográficas por meio dos seus dossiês temáticos e promove conexões com a historiografia internacional. Criada em 1988 a partir do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), na direção de Lucia Lippi Oliveira, a revista há pouco tinha majoritariamente mulheres nas diretrizes administrativa e intelectual (Teodoro, 2023). Entre os nomes que ajudaram a notabilizar o centro e a revista, encontramos expoentes da nova história política, dos estudos de memória, representações e arquivos (públicos e privados), da história oral e do tempo presente, tais como: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Maria Celina D'Araújo, Lucia Lippi Oliveira, Ângela de Castro Gomes, Alzira de Abreu, Marieta de Moraes Ferreira, Aspásia Camargo, Helena Bomeny, Verena Alberti e Luciana Heymann. Dessa feita, vemos como as mulheres colaboraram com a “pedagogia disciplinar da história” que as revistas materializam, ou seja, orientaram opções temáticas, objetos, abordagens metodológicas e debates teóricos (Freire, 2021, p. 89-90).

Projetar as pesquisas nacionais e estreitar a cooperação internacional também foram propósitos da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica através dos seus simpósios e de sua revista. Surgida em 1981 e finda por volta de 2005, a entidade é fruto de um rompimento interno da ANPUH em razão de tensões políticas e epistemológicas acerca da prática científica da História e da função social do historiador<sup>13</sup>. A sociedade foi idealizada por Westphalen,

---

<sup>12</sup> Antes da RBH, a revista de maior amplitude nacional era a *Revista de História*, criada em 1950 e sob total controle de Eurípedes Simões de Paula. Foi somente em 1985 que uma mulher assumiu a edição da revista: trata-se de Maria Odila Leite da Silva Dias (Nascimento, 2017, p. 85).

<sup>13</sup> O rompimento ocorrido durante o Simpósio Nacional de 1977 envolve um conjunto de situações: discordâncias sobre a participação de professores do ensino secundário e graduandos como sócios, repúdio à implantação da disciplina Estudos Sociais e críticas à restrição do campo de trabalho dos historiadores pela ditadura militar. Na atmosfera de reavivamento do ativismo político, formam-se dois grupos antagônicos. Um deles questionava o papel do historiador como ator social e reivindicava a politização do discurso acadêmico (representado por Fernando Novais, Francisco Falcon e Déa Felon), enquanto o outro defendia uma

Balhana e a luso-brasileira Maria Beatriz Nizza da Silva, professora de Teoria e Metodologia da História da USP.

Nizza da Silva está entre as pesquisadoras que oportunamente passaram a investigar a vida das mulheres no passado a partir do envolvimento com os projetos da Fundação Carlos Chagas, que contava com financiamento da Fundação Ford. Assim, no final da década de 1970, floresce o campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil. Há uma disputa pela memória disciplinar do campo que perpassa a história demográfica e da família, a história social e do movimento operário, abrangendo autoras referenciais da historiografia recente. Para citar algumas: Nizza da Silva, Eni de Mesquita Samara, Miriam Moreira Leite, Maria Odila Dias, Joana Maria Pedro, Margareth Rago e Rachel Soihet (Ribeiro Junior, 2023).

Malgrado o vigor das pesquisas e a institucionalização desse campo, como bem sublinha Oliveira (2018), a história intelectual e a história da historiografia demoraram para questionar o gênero da produção histórica, isto é, o gênero que modula as virtudes epistêmicas do historiador e as bases conceituais da disciplina (Ohara, 2017). Interessante também é perceber que, se Maria Odila, Maria de Lourdes Janotti e Raquel Glezer renovaram a história da historiografia na década 1970, do mesmo modo, elas tomaram como objeto de análise autores canônicos (Simas, 2021), em um movimento que reforçava a memória disciplinar masculina do campo.

O cenário vem mudando: desde 2016 estão sendo produzidas teses e dissertações na área de história da historiografia e história intelectual que abordam (como objeto principal ou secundário) a produção e a trajetória de historiadoras. No rol das autoras já inqueridas, encontramos: Cecília Westphalen (Machado, 2016), Altiva Pilatti Balhana (Almeida, 2017), Yedda Linhares (Liblik, 2017), Eulália Lobo (Liblik, 2017), Olga Pantaleão (Costa, 2018), Alice Canabrava (Erbereli Júnior, 2021; Caixeta, 2021), Maria Beatriz Nascimento (Pinn, 2021), Emília Viotti (Clara, 2022), Herculana Vieira (Melo, 2023), Lêda Boechat Rodrigues (Sesquim, 2023) e Marcia Barbosa Mansor D'Alessio (Silva, 2024)<sup>14</sup>.

Essas historiadoras produziram reflexões originais e situadas acerca da história nacional, da pesquisa e do ensino de história. Reflexões, não raro, pouco conhecidas, pois muitas delas não tiveram acesso ao mercado editorial. Mas não apenas por isso: a invisibilidade relaciona-se também com os marcadores sociais de raça e classe, razão pela qual há pouco tempo “re-descobrimos” as contribuições intelectuais das historiadoras negras Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento (Machado, 2022, p. 13).

Para finalizar, ressaltamos que apenas recentemente as lacunas relativas às antologias sobre a história da historiografia brasileira que abarquem historiadoras começaram a ser preen-

---

identidade profissional pautada no vínculo entre objetividade científica e neutralidade de posição em relação ao mundo social, fora dos contornos do campo especializado (representado por Westphalen, Canabrava e Eurípedes Simões de Paula) (Machado, 2016; Silva, 2019).

<sup>14</sup> Um levantamento preliminar foi realizado por Daiane Vaiz Machado (2022, p. 12-13).

chidas. Em 2022 e 2023, foram publicados os dois primeiros volumes da coletânea *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da História*, organizada por Roiz, Gontijo e Zimmermann. O primeiro volume dedica-se às “pioneiras nos estudos históricos brasileiros”, ou seja, às primeiras diplomadas; já o segundo foca na “geração de pesquisadoras que consolidou os estudos históricos no Brasil”, a partir da década de 1970. Trata-se de um convite para conhecer a trajetória de 47 historiadoras por meio de análises biográficas, entrevistas, autobiografias e memoriais acadêmicos.

Essas recentes produções sobre carreiras de historiadoras ampliam nossas referências historiográficas, assim como levantam questionamentos acerca da autodefinição da profissão como prática descorporificada. Se é possível dizer assertivamente que hoje sabemos mais sobre as experiências das mulheres na academia, cabe enfatizar que ainda precisamos fazer gênero, raça, classe social e territorialidade soarem em conjunto em nossas análises; ou seja, necessitamos interrogar como essas interseccionalidades, em diferentes temporalidades, organizam a disciplina.

## Considerações finais

Se as mulheres, como sujeitos da história, atuaram de formas variadas nos mais diversos campos da vida social, também nos interessa sobremaneira conhecer como elas estiveram à frente de empreendimentos e aventuras intelectuais, desbravando a produção do conhecimento histórico, prática esta que possuía uma incontornável assinatura masculina, sobretudo a partir de 1838, em nosso cenário nacional. No entanto, um grupo de letradas, situadas em distintos lugares sociais, a partir de diferentes condições e motivadas pelos mais variados objetivos – dentre eles, estar presente no processo candente de construção de uma identidade nacional – também escreveu e interpretou acerca do passado brasileiro, assim como de outros tempos e espaços. Elas ousaram atuar como *historiadoras* em uma época em que pouquíssimas intelectuais carregavam essa alcunha. E, ao assistirmos a seus ingressos nos cursos superiores de História, a partir da década de 1930, vimos que diversos constrangimentos de gênero, sexismos e exclusões das mais variadas ordens afetaram e – ainda afetam – a carreira de tantas historiadoras, sejam elas acadêmicas ou não.

Um dos objetivos deste texto foi o de esboçar uma imagem do ofício capaz de nuançar a imagem masculina hegemônica da História. A despeito de abdições e sobrecargas de trabalho, nós tivemos, e ainda temos, mulheres chefes de departamento, diretoras de faculdades e centros de pesquisa, líderes de grupos de estudos, de revistas e de sociedades científicas. Contudo, permanece significativa a dissimetria de gênero nas funções de orientação acadêmica e direção administrativa, consideradas de maior prestígio. Ainda são majoritariamente os historiadores homens que conquistam as bolsas de estudo mais valorizadas, que se

tornam “eméritos” ou nomeiam auditórios e monumentos institucionais. A expressividade dessa superioridade denota que a luta por representatividade, pela criação de mecanismos compensatórios e de modelos alternativos de “sucesso profissional” deve prosseguir.

À guisa de conclusão, o trabalho realizado de mapeamento das autoras também nos fez observar como a posição geográfica, o privilégio social de cor da pele e de classe atravessam os corpos dos nomes citados neste texto. Sem dúvidas, são diversas as camadas hierárquicas que delineiam o perfil da historiadora e do historiador no Brasil e evidenciá-las é um dos passos para superá-las. A tarefa de visualizar mulheres no *espelho da história* (Smith, 2003) não pode prescindir de um exame rigoroso, que passa por recuperar trajetórias esquecidas, pela crítica ao cânone historiográfico e pela análise de como as hierarquias de gênero afetam o campo intelectual daqueles e, sobretudo, *daquelas* que têm a história como ofício e profissão.

## Referências

ALMEIDA, Leticia Leal de. *A construção da história demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana*. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

BASSETTO, Sylvia. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos (Entrevista com Emília Viotti da Costa). *Revista da Adusp*, São Paulo, n. 17, p. 16-29, jun. 1999.

CAIXETA, Laura Jamal. *Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?: um debate sobre identidades em Alice Canabrava*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CAIXETA, Laura Jamal. Corpos e gênero na história da historiografia brasileira: as possibilidades do “ser historiador” através das memórias de Alice Canabrava (1981-1997). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-24, 2023.

CAPH/FFLCH/USP, São Paulo. *ELLIS, Miriam. Documento sem Título*. Depoimentos/Homenagens e/ou Trabalhos sobre Alfredo Ellis Junior, 01-os/341, (s/d).

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincialiser l'Europe: la pensée postcoloniale et la différence historique*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009.

CHAMON, Carla. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CLARA, Livia Maria Orsati. *O discurso dos métodos na profissionalização da História no*

- Brasil (1950-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- COSTA, Aryana. *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- CUNHA, Glória (org.). *La narrativa histórica de escritoras latino-americanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2004.
- CUNHA, Glória. *Pensadoras de la nación*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2006.
- DASTON, Lorraine. The Naturalized Female Intellect. *Science in Context*, v. 5, n. 2, p. 209-253, 1992.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DAVIS, Natalie Zemon. Genre féminin et genre littéraire: les femmes et l'écriture historique (1400-1820). In: PELLEGRIN, Nicole (org.). *Histoires d'historiennes*. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 2006. p. 21-43.
- DUARTE, Constância Lima (org.). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. Belo Horizonte: Luas, 2022.
- EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 139-156.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Mariana: SBTHH, 2021.
- FELBER, Lynette. *Clio's Daughters: British Women Making History, 1790-1899*. Newark: University of Delaware Press, 2007.
- FERREIRA, Aline Dal Maso. *A Trajetória de Athénaïs Michelet: tensões e desafios como escritora na França, século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FREIRE, Diego. Para além de uma História única: a RBH, a ANPUH e o processo de profissionalização da historiografia brasileira (1950-1980). In: OHARA, João; SANTOS, Wagner (org.). *40 anos da Revista Brasileira de História: a historiografia em revista*. Vitória: Milfontes, 2021. p. 69-93.
- HANSEN, Patricia S.; OLIVEIRA, Maria da G. de. Corpos, tempos, lugares das historiografias. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-15, 2023.

- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, Washington, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- KLEM, Bruna Stutz. *Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- LHENRY, Sophie. Les enseignantes-chercheuses et la norme masculine de réussite. In: ROGERS, Rebecca; MOLINIER Pascale (org.). *Les femmes dans le monde académique: perspectives comparatives*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2016. p. 107-117.
- LIBLIK, Carmem. A participação das mulheres no conhecimento histórico. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 55-68, 2014.
- LIBLIK, Carmem. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2017.
- LOOSER, Devoney. *British Women Writers and the Writing of History, 1670-1820*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.
- MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma “ciência história”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2016.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Ser historiadora no Brasil: algumas notas sobre a carreira acadêmica. *Revista Ensaios de História*, Franca, v. 23, n. 1, p. 8-16, 2022.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Le genre de l’Histoire: la carrière académique d’Adeline Daumard, 1940-1980. *Les Études Sociales*, Amiens, n. 177, p. 165-190, 2023.
- MELO, Hildete P. de; RODRIGUES, Ligia M. C. S. Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011). Historiadora. Memória CNPq, Pioneiras. Disponível em: [https://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/903112](https://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/903112). Acesso em: 13 fev. 2025.
- MELO, Jeane Carla de Oliveira. *Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- MISRA, Joya *et al.* Gendered and Racialized Perceptions of Faculty Workloads. *Gender & Society*, v. 35, n. 3, p. 358-394, 2021.
- MÜLLER, Beatriz Cristine *et al.* Mulheres e maternidade no Ensino Superior no Brasil.

*Parent in Science*, 2021. Disponível em: [www.parentinscience.com](http://www.parentinscience.com). Acesso em: 13 mar. 2021.

NASCIMENTO, Bruno. A *Revista de História* da Universidade de São Paulo em perspectiva. In: ARRAIS, Cristiano; BENTIVOGLIO, Julio (org.). *As Revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Milfontes, 2017. p. 81-104.

OHARA, João. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 170-183, 2017.

OHARA, João; SANTOS, Wagner (org.). *40 anos da Revista Brasileira de História: a historiografia em revista*. Vitória: Milfontes, 2021.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, 2018.

PALETSCHEK, Sylvia. Opening up Narrow Boundaries: Memory Culture, Historiography and Excluded Histories from a Gendered Perspective. In: EPPLE, Angelika; SCHASER, Angelika (org.). *Gendering Historiography: Beyond National Canons*. Frankfurt; Nova York: Campus Verlag, 2009. p. 163-177.

PELLEGRIN, Nicole (org.). *Histoires d'historiennes*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016.

PINN, Maria Lídia de Godoy. *Tem-se que se tornar visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro: Maria Beatriz Nascimento e a reescrita da história do Brasil*. 2021. 100f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

RIBEIRO, João. *Crítica: historiadores*. Rio de Janeiro: ABL, 1961.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica e História de Empresas*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-40, 1999.

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. *Um monumento historiográfico: a construção de cânones e memórias disciplinares para a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil (1987-2012)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

RODRIGUES, Lidiane. Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Universidade e ensino de história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020. p. 45-91.

RODRIGUES, Pedro. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a*

historiografia da escravidão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, Diogo; GONTIJO, Rebeca; ZIMMERMANN, Tânia (org.). *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história: pioneiras nos estudos históricos brasileiros*. Campinas: Mercado de Letras, 2022. 2 v.

SANTOS, Magno; SANTOS, Ane. “Nos plácidos campos do papel, aos golpes da pena”: Isabel Gondim and the reception of schoolbooks on the History of Brazil (1873-1913). *Revista Escritas*, Araguaína, v. 15, n. 1, p. 148-168, 2023.

SCHASER, Angelika; EPPLE, Angelika (ed.). *Gendering Historiography: Beyond National Canons*. Frankfurt; Nova York: Campus Verlag, 2009.

SCHELL, Deise. “Baje usted la voz en sus discursos y en sus escritos”: Juana Paula Manso e as tentativas de silenciar uma mulher pública na Argentina oitocentista. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, v. 21, n. 31, p. 14-51, 2021.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SESQUIM, Ilda Renata Andreata. “*A obra dele é a minha própria*”: Lêda Boechat Rodrigues e o lugar do feminino na história da historiografia brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

SILVA, Bruna. *Associações de Historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SILVA, Bruno Cruz da. *História para viver, experiências para se escrever: a trajetória intelectual de Marcia Barbosa Mansor D’Alessio*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2024.

SILVA, Laila. Ignez Sabino: interpretações sobre o Brasil e uma historiografia feminista no século XIX. *Temáticas*, Campinas, v. 30, n. 59, p. 22-56, 2022.

SIMAS, Alicy. O lugar das historiadoras na memória disciplinar da História: entrevista com Maria da Glória de Oliveira. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 273-285, 2021.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Maternidade no CV Lattes: quando será uma realidade? *Parent in Science*, 2021. Disponível em: [www.parentinscience.com](http://www.parentinscience.com). Acesso em: 13 mar. 2021.

TEODORO, Carolina. *Uma história do tempo presente brasileira: revista Estudos Históricos (1988-1997)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2023.

VARELLA, Flávia Florentino. Catharine Macaulay e a matrona romana: republicanismo e usos do passado na Inglaterra georgiana. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 29, p. 1-20, 2022.

Recebido: 12 de outubro de 2024 – Aprovado: 29 de abril de 2025

Editora responsável: Silvia Liebel